



Programa de pós-graduação em
Desenvolvimento Urbano - UFPE

ATA DA 20ª/2021 REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLEGIADO DO CURSO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO – MDU, DO CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO DA UFPE. Aos 07 dias do mês de maio de 2021, das 15h00 às 18h00, por videoconferência através da plataforma *jitsi*, reuniu-se o Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, sob a presidência da professora Cristina Pereira de Araujo na condição de Coordenadora do Programa. Após a verificação de quórum, deu-se início a reunião. **1º Assunto:** Revisão do Regimento Interno. Foi aprovada por unanimidade a redação dos artigos 45 a 71, finalizando, desta forma, a revisão do Regimento Interno que seguirá para homologação para PROPG e instâncias superiores. Segue a redação final dos referidos artigos.

SEÇÃO V

DA ESTRUTURA CURRICULAR E DA ORIENTAÇÃO DE DISCENTES

Art. 45. A estrutura curricular do Programa é composta por um elenco de componentes curriculares, acompanhadas por: código e denominação, para todos os tipos de componentes, acompanhados por carga horária, número de créditos e ementa.

§ 1º. A estrutura curricular do Programa e suas posteriores alterações são objeto de análise da PROPG e homologação da CPPG e só tem validade após sua publicação no Boletim Oficial da UFPE.

§ 2º. O site do Programa deve manter atualizada a estrutura curricular em vigor.

Art. 46. Para cada discente, será designado(a) um(a) orientador(a) dentre os docentes credenciados no Programa, para orientação da pesquisa a ser desenvolvida pelo(a) estudante e elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso.

§ 1º. É vedada a atuação de docente como orientador(a) ou coorientador(a) que seja cônjuge do discente ou que com ele tenha relação de parentesco natural (em linha direta ou colateral até o terceiro grau, por ascendência ou descendência) ou de parentesco civil (em linha reta ou colateral até o terceiro grau) ou se constitua em amigo íntimo ou inimigo.

§ 2º. A critério do Colegiado, outro docente do Programa poderá atuar como coorientador(a) do trabalho de conclusão, aplicando-se a restrição contida no parágrafo anterior.

I. Professor(a) de outro curso de Pós-Graduação *stricto sensu* ou profissional com comprovada qualificação e/ou experiência na área pertinente ao Programa poderá atuar como coorientador(a), desde que venha a contribuir com a introdução de conhecimento específico e que possua título de doutor(a);

II. O(a) professor(a) orientador(a), após tratativas, deverá enviar carta de aceitação de coorientação ao Colegiado para aprovação assinada por todos os envolvidos.

§ 3º. Em casos de acordos internacionais de cotutela, o discente poderá ter, além do(a) orientador(a) principal, um(a) segundo(a) orientador(a) pesquisador(a) doutor(a), com produção científica complementar à temática da pesquisa, aplicando-se a restrição contida no § 1º.

Art. 47. Excepcionalmente e por motivos devidamente justificados e comprovados, orientador(a) ou orientando(a) poderão requerer ao Colegiado mudança de orientação, segundo os prazos abaixo:

I. Até o 15º mês de ingresso para os alunos de mestrado e o 18º mês para os alunos de doutorado;

II. Estes prazos podem ser estendidos no caso de afastamento do(a) orientador(a) do Programa;

III. Casos omissos deverão ser analisados pelo Colegiado.

SEÇÃO VI

DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*



Programa de pós-graduação em
Desenvolvimento Urbano - UFPE

Art. 48. O(a) aluno(a) estará apto a submeter seu Memorial de Qualificação de Dissertação, desde que tenha cumprido no, mínimo, 24 (vinte e quatro) créditos e que siga os procedimentos abaixo descritos:

- I. Efetuar matrícula na atividade de qualificação;
- II. Apresentar o projeto de pesquisa, aprovado pelo(a) orientador(a) e pela respectiva banca examinadora, seguindo diretrizes constantes de Normativa Interna específica;
- III. Apresentar o Memorial de Qualificação de Dissertação, constando, no mínimo, das seguintes partes: sumário, introdução e capítulo teórico que inclua a revisão de literatura pertinente;
- IV. Enviar a ficha de solicitação de constituição de banca e o Memorial de Qualificação à Secretaria do Programa, em meio digital, por intermédio do(a) orientador(a), em até 30 dias antes da data prevista para a realização da defesa;
- V. Defender o Memorial de Qualificação de Dissertação em até 18 (dezoito) meses, a partir do ingresso do(a) aluno(a) no Programa, perante uma banca examinadora sugerida pelo(a) orientador(a), composta do(a) orientador(a) e, no mínimo, mais dois examinadores, devendo pelo menos 01 (um) deles ser externo ao Programa;
- VI. Em casos excepcionais, a serem avaliados pelo Colegiado, a partir de um parecer avalizado pelo(a) orientador(a), poderá ser solicitada a prorrogação de prazo para defesa de memorial de qualificação por mais 3 (três) meses;
- VII. Encerrada a defesa, a Comissão Examinadora, em seção secreta, deliberará, em parecer, que será encaminhado via SIPAC pelo(a) orientador(a) à Secretaria do Programa, sobre o resultado a ser atribuído ao Memorial de Qualificação, considerando-se uma das seguintes menções: aprovado; aprovado com restrições ou reprovado;
- VIII. No caso de reprovado(a), o(a) aluno(a) será desligado(a) do Programa.

Art. 49. Para a defesa do Memorial de Qualificação de Tese, deve-se seguir os procedimentos abaixo descritos:

- I. Efetuar matrícula na atividade de qualificação;
- II. Apresentar o projeto de pesquisa, aprovado pelo(a) orientador(a) e pela respectiva banca examinadora, seguindo diretrizes constantes de Normativa Interna específica;
- III. Apresentar o Memorial de Qualificação de Tese, constando, no mínimo, das seguintes partes: comprovante de submissão de artigo em periódico classificado como Qualis/CAPES A em coautoria com o(a) orientador(a), sumário, introdução, capítulos teórico e empírico;
- IV. Enviar a ficha de solicitação de constituição de banca e o Memorial de Qualificação à Secretaria do Programa, em meio digital, por intermédio do(a) orientador(a), em até 30 dias antes da data prevista para a realização da defesa;
- V. Defender o Memorial de Qualificação de Tese em até 36 (trinta e seis) meses a partir do ingresso do(a) aluno(a) no Programa, perante uma banca examinadora, sugerida pelo(a) orientador(a), composta pelo(a) orientador(a) e, no mínimo, mais 4 (quatro) examinadores, devendo pelo menos 2 (dois) deles serem externos ao Programa;
- VI. Em casos excepcionais, a serem avaliados pelo Colegiado, a partir de um parecer avalizado pelo(a) orientador(a), poderá ser solicitada a prorrogação de prazo para defesa de memorial de qualificação por mais 3 (três) meses;
- VII. Encerrada a defesa, a Comissão Examinadora, em seção secreta, deliberará, em parecer, que será encaminhado via SIPAC pelo(a) orientador(a) à Secretaria do Programa, sobre o resultado a ser atribuído ao Memorial de Qualificação, considerando-se uma das seguintes menções: aprovado; aprovado com restrições ou reprovado;
- VIII. No caso de reprovado(a), o(a) aluno(a) será desligado(a) do Programa.

Art. 50. A sessão de defesa de qualificação da dissertação ou tese poderá ocorrer de forma presencial ou por videoconferência com a participação do discente e dos examinadores.

Parágrafo único. Na hipótese de participação não presencial, nos termos deste artigo, a assinatura



Programa de pós-graduação em
Desenvolvimento Urbano - UFPE

da ata de defesa será substituída pela menção explícita à participação por meio de videoconferência.

SEÇÃO IX

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

Art. 51. Cada discente deverá desenvolver um Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, considerando-se que:

1. Para os cursos de mestrado e doutorado acadêmicos, o Trabalho de Conclusão de Curso terá formato bibliográfico e será elaborado nos gêneros textuais “dissertação” e “tese”, respectivamente.

2. A Dissertação deverá ter, no mínimo, 30.000 palavras e a tese, 60.000, excetuando-se as tabelas e as referências bibliográficas. A comprovação do número de palavras (obtida pela impressão das informações do documento conforme programa digital) deve acompanhar o volume final dos trabalhos.

3. A dissertação ou tese deverá ser apresentada em meio eletrônico, formatada e organizada conforme as normas da UFPE, e se solicitado pela banca, também em formato impresso.

Parágrafo único. A tese deverá se constituir em contribuição de caráter original para sua área de conhecimento.

Art. 52. O Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* que se constituir a partir de pesquisa envolvendo seres humanos, deverá ter o seu desenvolvimento previamente aprovado por Comitê de Ética, reconhecido pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

SEÇÃO X

DA DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Art. 53. Para defesa do Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, o discente deverá cumprir todos os seguintes requisitos:

I. Estar matriculado, a depender do nível cursado, na atividade dissertação de mestrado ou tese de doutorado;

II. Ter integralizado o número mínimo de créditos;

III. Ter sido aprovado na atividade de qualificação;

IV. Ter atingido o Coeficiente de Rendimento (CR) mínimo;

V. Nos casos que se aplicar, ter realizado Estágio Docência nos termos da Resolução 26/20 CEPE, e suas atualizações.

Art. 54. Em até 60 (sessenta) dias, antes da data prevista para a realização da defesa, o(a) orientador(a) deverá enviar à Secretaria do Programa, em arquivo digital, a ficha de solicitação de constituição de banca de defesa de dissertação ou tese, que será analisada e aprovada pelo Colegiado, para posterior cadastro da banca no SIGAA;

Parágrafo único. O depósito do volume final da dissertação ou tese em arquivo digital e/ou físico, caso os membros da banca examinadora solicitem, deverá ocorrer em até 45 (quarenta e cinco) dias, antes da data prevista para sua realização.

Art. 55. Caso o(a) orientador(a) considere que a dissertação ou tese não se encontra em condições de ser submetida à avaliação por comissão examinadora, deverá emitir parecer circunstanciado, dando conhecimento formal ao discente e encaminhá-lo para apreciação do Colegiado do Programa, obedecendo-se os prazos previstos neste Regimento.

Parágrafo único. No caso previsto no caput, o(a) aluno(a) poderá solicitar ao Colegiado a defesa sem o aval do(a) orientador(a), observando seu prazo para conclusão do curso.

Art. 56. A sessão de defesa da dissertação ou tese poderá ocorrer de forma presencial, ou não-presencial, com a participação do discente e dos examinadores.

Parágrafo único. Na hipótese de participação não presencial, nos termos deste artigo, a assinatura



Programa de pós-graduação em
Desenvolvimento Urbano - UFPE

da ata de defesa será substituída pela menção explícita à participação por meio de videoconferência.

Art. 57. A Comissão Examinadora do Trabalho de Conclusão de Mestrado será composta por, no mínimo, 03 (três) examinadores titulares, devendo pelo menos 01 (um) deles ser externo ao Programa.

Art. 58. A Comissão Examinadora do Trabalho de Conclusão de Doutorado será composta por, no mínimo, 05 (cinco) examinadores titulares, devendo pelo menos 02 (dois) deles serem externos ao Programa.

§ 1º Para a Comissão Examinadora, conforme descrita nos Artigos 57 e 58, deverão ser designados também 2 (dois) membros suplentes seguindo a designação interno e externo ao PPG.

§ 2º Os titulares e os suplentes da Comissão Examinadora, conforme descrita nos Artigos 57 e 58, deverão possuir título de doutor e ter produção científica relacionada ao tema do trabalho de conclusão.

§ 3º Em casos de Comissão Examinadora para Trabalho de Conclusão de Doutorado, cujo curso tenha sido realizado em regime de cotutela, de acordo com a respectiva norma em vigor, admitir-se-á a composição da comissão de forma diversa ao que consta no caput, em consonância com a respectiva Convenção de Cotutela e em comum acordo com a instituição parceira.

§ 4º Fica vedada a participação, em comissão examinadora, de seleção, qualificação e defesa de trabalho de conclusão de curso de docente que se encontre em situação prevista no § 1º do art. 46 desta resolução.

Art. 59. Encerrada a defesa, a Comissão Examinadora, em sessão secreta, deliberará sobre o resultado, atribuindo ao trabalho de conclusão do candidato ao grau de Mestre ou Doutor apenas uma das seguintes menções:

- I. APROVADO;
- II. REPROVADO.

Art. 60. Observando-se o descrito no artigo anterior, será atribuída ao trabalho de conclusão do candidato a menção que obtiver a maioria simples dos votos dos membros participantes da comissão examinadora.

§ 1º. Em caso de atribuição da menção “APROVADO”, é facultado à Comissão Examinadora requisitar, em formulário próprio a ser entregue ao discente, alterações não substanciais a serem realizadas em versão final da dissertação ou tese.

§ 2º. No caso previsto no parágrafo anterior, o discente deverá proceder às alterações apontadas, submetê-las ao orientador, para análise e emissão do Termo de Autorização de Depósito;

§ 3º. Após cumprido o previsto no parágrafo anterior, o discente estará apto a realizar o depósito da dissertação ou tese na Biblioteca Central, obedecendo às normas pertinentes;

§ 4º. Em caso de atribuição da menção “APROVADO” e não sendo requisitadas alterações pela Comissão Examinadora, o discente estará imediatamente apto a realizar o depósito da dissertação ou tese na Biblioteca Central, de acordo com as normas estabelecidas para este fim.

Art. 61. A aprovação na defesa do Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* caracteriza a conclusão do curso, devendo o candidato cumprir os demais requisitos para a obtenção do grau.

Art. 62. Na defesa do Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, a atribuição da menção “REPROVADO” caracteriza a perda de vínculo com o Programa sem a obtenção do grau pretendido.

CAPÍTULO V

DA OBTENÇÃO DO GRAU

Art. 63. Para a obtenção do grau de mestre ou doutor, o candidato deverá cumprir os seguintes requisitos:

- I. Ter sido aprovado na defesa do Trabalho de Conclusão e ter realizado as eventuais



Programa de pós-graduação em
Desenvolvimento Urbano - UFPE

recomendações dos examinadores, em relação à entrega final do respectivo trabalho, nos termos das normas vigentes;

- II. Entregar versão final na Biblioteca Central, em até 90 (noventa) dias, após a defesa;
- III. Ter atendido às demais exigências estabelecidas no Regimento;
- IV. Ter atendido às demais exigências estabelecidas nas Resoluções e Portarias dos Órgãos Deliberativos Superiores, assim como no Estatuto e no Regimento Geral da Universidade.

Art. 64. Os graus referidos no caput do artigo anterior serão conferidos por meio de diploma.

Parágrafo único. Os Diplomas de mestre e doutor serão solicitados pelo Programa à PROPG, após o discente cumprir todas as exigências descritas nos Incisos I a IV do artigo anterior.

CAPÍTULO VI

DAS PARCERIAS INTERNACIONAIS

Art. 65. As parcerias internacionais envolvendo PPGs são regidas por regulamento próprio previsto em convênio entre a UFPE e a instituição estrangeira, com detalhamento das atividades de formação e pesquisa, podendo o título ser reconhecido nas instituições envolvidas, em caso de cotutela.

Parágrafo único. É objetivo destas parcerias o desenvolvimento de atividades didáticas, pesquisa em colaboração e coorientação, com o intuito de reforçar as atividades multilaterais de cooperação internacional.

Art. 66. As parcerias internacionais devem ser desenvolvidas em regime de reciprocidade, inclusive financeira, nas quais os discentes, ao término do curso, terão o título outorgado por cada uma das instituições envolvidas.

Parágrafo único. A reciprocidade dar-se-á pela existência de discentes, docentes ou orientadores credenciados em cada instituição envolvida e pela necessária realização de atividades didáticas e de pesquisa definida pelas partes envolvidas.

Art. 67. Em casos de cotutela, deve-se observar a Resolução 27/2020 do CEPE e suas atualizações.

Art. 68. A admissão de estudantes estrangeiros no Programa será disciplinada pela Instrução Normativa 01/2020 da CPPG e suas atualizações.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 69. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Colegiado do PPG e serão regulados por meio de Normativas Internas, nos termos da Resolução 19/2020 do CEPE.

Art. 70. Fica revogado o Regimento Interno publicado no Boletim Oficial da UFPE em 26 de agosto de 2020.

Parágrafo único. Fica assegurada a opção dada aos alunos que no ano de 2020 optaram por manter-se no Regimento publicado, em 21 de março de 2016, conforme Ata da 8ª Reunião Ordinária de Colegiado, datada de 18 de dezembro de 2020, que registrou a adesão nominal dos alunos ao regimento interno publicado no Boletim Oficial da UFPE em 26 de agosto de 2020.

Art. 71. Este Regimento entrará em vigor após sua publicação no Boletim Oficial da UFPE.

Finda a reunião, os membros presentes ratificam a ata realizada por videoconferência.

Docentes

Cristina Araujo (coord)	_____	<i>videoconferência</i>
Luiz Amorim (vice coord)	_____	<i>licença capacitação</i>
Max Andrade (vice-coord. pró-tempore)	_____	<i>videoconferência</i>
Ana Rita Sá Carneiro	_____	<i>videoconferência</i>
Circe Monteiro	_____	<i>não compareceu</i>
Cristiano Borba	_____	<i>videoconferência</i>



Programa de pós-graduação em
Desenvolvimento Urbano - UFPE

Edvânia Torres Aguiar Gomes	<i>não compareceu</i>
Fernando Diniz	<i>falta justificada</i>
Flávio Souza	<i>não compareceu</i>
Guilah Naslavsky	<i>videoconferência</i>
José de Souza Brandão	<i>não compareceu</i>
Julieta Leite	<i>férias</i>
Leticia Mendes	<i>férias</i>
Lucia Leitão	<i>férias</i>
Maria Angela Souza	<i>não compareceu</i>
Maria de Jesus Britto Leite	<i>videoconferência</i>
Maria Luiza Freitas	<i>falta justificada</i>
Natália Vieira	<i>videoconferência</i>
Norma Lacerda	<i>videoconferência</i>
Renata Campello Cabral	<i>não compareceu</i>
Ruskin Marinho de Freitas	<i>videoconferência</i>
Sergio Benício	<i>falta justificada</i>
Suely Leal	<i>não compareceu</i>
Tomás Lapa	<i>videoconferência</i>
Virgínia Pontual	<i>não compareceu</i>
Técnico Administrativo	
Renata de Albuquerque (tec. Adm.)	<i>falta justificada</i>
Discentes	
Hugo Monteiro (rep. Doutorado)	<i>videoconferência</i>
Francisco Allyson (rep. Mestrado)	<i>videoconferência</i>